



GÊNERO E ESCOLA NORMAL DE CAETITÉ, BAHIA (1930-1950)

Elizeu Pinheiro da Cruz
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil
Endereço eletrônico: epcruz@uneb.br

Nádila Luiza Oliveira Nogueira
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil
Endereço eletrônico: adylla2012@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este texto é um desdobramento de uma pesquisa em andamento desenvolvida junto ao Núcleo de Pesquisa Ensino, Discurso e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia (DisSE/UNEB), intitulada “Os caminhos das disciplinas escolares História Natural, Ciências e Ciências Físicas e Naturais no município de Caetité, Bahia (1930-1950): gênero, raça e sexualidade em uma etnografia de arquivos escolares”. Nesta comunicação, almeja-se apresentar reflexões iniciais, de uma das etapas da pesquisa, sobre as relações gênero na Escola Normal de Caetité (1930-1950), por meio de apontamentos produzidos em um trabalho etnográfico realizado em arquivos públicos situados em Caetité e Vitória da Conquista, cidades do sudoeste da Bahia, Brasil. Entendemos que uma reflexão sobre o passado poderá oferecer possibilidades para pensar as questões de gênero na estruturação dos currículos escolares.

Dados de pesquisas realizadas no semiárido baiano (CRUZ, SANTOS, NOGUEIRA, 2018) indicaram o protagonismo de sujeitos como mulheres, negras, negros e beatos em experiências de fundação do ensino na região. Essas pesquisas, no entanto, não tinham como objeto central a relação entre gênero e mudanças curriculares, levando outros pesquisadores a reconhecer também nelas a existência de políticas de silenciamento sobre a história da educação regional que ocultam o papel das mulheres nas narrativas hegemônicas sobre o magistério.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se pela etnografia de arquivos (CUNHA, 2005), que envolve procedimentos de análise documental e observação



participante. As observações aconteceram no Arquivo Público Municipal de Caetité e no Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira. Todos os apontamentos identificados nas observações foram registrados em cadernos de campo que, com outros documentos, compuseram um *corpus* de análise.

Os acervos dos arquivos são produzidos na tensão entre passado e presente em um duplo movimento: a reprodução e a (re)invenção de enunciados. Eles emergem de materialidades discursivas do passado e do presente que se reatualizam e/ou antagonizam, o que torna possível problematizar questões estruturantes que atravessam e produzem sujeitos, instituições e currículos escolares. A tensão sincronia-diacronia aqui é formulada a partir da relação entre “estar lá”, nos espaços-tempos das experiências de fundação da Escola Normal no semiárido baiano (a Escola Normal e o Ginásio de Caetité no período 1930-1950), e o “estar lá”, nos arquivos, espaços que reatualizam e produzem enunciados sobre essas mesmas experiências. Com respaldo na crítica feminista à antropologia (SARDENBERG, 2016; HARAWAY, 2009) e na análise de discurso (ORLANDI, 2012; FOUCAULT, 2008, 2007), coloca-se em funcionamento uma maneira de “estar no discurso antropológico” a partir de uma prática de pesquisa que mistura contextos sem perder a clareza do que os constitui. “Estar no discurso antropológico” é aqui entendido como “tomar a palavra”, um ato social que envolve conflitos, relações de poder e constituição de identidade (ORLANDI, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O surgimento e a consolidação da Escola Normal em Caetité e demais cidades da Bahia está ligado a necessidade de formar professores para ofertar educação escolar em níveis mais básicos do sistema de ensino estadual, o emergente magistério primário do Brasil oitocentista. Ele remete ao Império, mais especificamente ao ano de 1836, quando o presidente da Província da Bahia, Francisco de Souza Paraíso, Senador do Império, sancionou a Lei Nº 37 que criou a sua Escola Normal como instituição direcionada a formação de homens, ainda que estivesse prevista a educação de moças em arranjos curriculares que as vinculavam a atividades como desenho e prendas domésticas (ROCHA, 2008).



Se, por um lado, os dispositivos legais, indicavam que a Escola Normal deveria formar professores homens, por outro lado, com o passar dos anos, houve um acentuado declínio da composição masculina nas turmas de concluintes: as mulheres formaram maioria desde a primeira turma que se formou em Salvador, mantendo essa tendência nas demais unidades criadas em cidades do interior da Província.

O corte de gênero, mais especificamente a hegemonia masculina, foi orientadora das legislações relacionadas à criação da Escola Normal, legislações elaboradas e sancionadas por homens que ocupavam postos na conjuntura estatal à época. Todavia, nas experiências práticas, as mulheres tornaram-se a maioria do professorado nela formado e, por conseguinte, nos estabelecimentos de ensino primário da capital e das diversas cidades do interior. Outras questões participaram da emergência dos contornos iniciais da Escola Normal na Bahia, algumas delas são: raça, sexualidade e classe social, não como simples *a priori*, mas como constructos sociais que participam das elaborações de subjetividades e da estrutura social em contextos práticos de interação dos séculos XIX e XX, marcados pelo regime escravocrata e pela sua superação. Gênero, raça, sexualidade e classe social não definem apenas lugares que os sujeitos ocupam na tessitura da vida social, mas são elaborações da tradição mobilizadas em contextos práticos e específicos e, por isso, circulam e orientam a urdidura das experiências sociais. Assim, este texto faz coro com as abordagens que deslocam essas categorias de essencialíssimas e naturalizações para assumi-las como elaborações de sujeitos e grupos sociais em situações concretas da existência.

No caso do magistério no Brasil oitocentista, a despeito das diversas motivações que orientaram o desinvestimento dos homens na carreira docente, como a desvalorização profissional e a baixa remuneração, interpreta-se aqui esse movimento a partir da sua implicação política de abertura do mundo do trabalho às mulheres para não reforçar os aspectos negativos relacionados ao feminino e à profissão docente, este esforço já é feito por diversos pesquisadores que investigam a Escola Normal. As Escolas Normais possibilitaram a saída das mulheres das suas casas para exercer vidas públicas como normalistas e, posteriormente, para exercer a docência no mundo trabalho remunerado, reconfigurando muitas relações domésticas que organizavam os modos de vida das famílias.



Yannoulas (2011), ao se debruçar sobre estudos que abordam o feminino no magistério do ensino fundamental no período 1870-1930, argumentou pela distinção científica e política entre “feminilização” e “feminização”. Para ela, a “feminilização” está ligada ao impacto do feminino em uma profissão por meio dos indicadores estatísticos e de um significado qualitativo, que seria a “feminização”. Em seus termos, a “feminilização” remete a:

[...] uma compreensão mais ampla e sofisticada dos processos de incorporação de mulheres em uma determinada profissão ou ocupação, porque além de descrever a entrada delas no campo profissional ou ocupacional, tenta explicar as razões que permitiram essa entrada (YANNOULAS, 2011, p. 283).

A exemplo do trabalho antropológico de mulheres como Margaret Mead, Ruth Benedict e Marilyn Strathern, que impactaram qualitativamente a antropologia, criando aberturas para questões de pesquisas ou recolocando as antigas questões por meio de outros enfoques, os estudos de mulheres ou, mais especificamente, os estudos de gênero, portanto a feminização da pesquisa e seus modos de produção textual, permitem aqui abordar questões negligenciadas pelas investigações, retirando-as do silêncio e as colocando em circulação em tramas discursivas sobre o magistério. A feminização do magistério, no período recortado por este texto (1930-1950), em contextos práticos de atuação profissional das egressas da Escola Normal de Caetitê, permitiu a abertura das escolas nascentes para questões silenciadas pelo discurso oficial da época. Muitas dessas questões circularam nos diálogos e práticas corporais das alunas, das professoras e das interações alunas-professoras.

CONCLUSÃO

A pesquisa ainda está em andamento. Por ora, é possível afirmar que a feminização do magistério na Escola Normal impactou a ordem das coisas e abriu possibilidades com as quais foram elaboradas práticas de ensino na Bahia como estratégia de resistência aos muitos silenciamentos que organizam os modos de vida à época (1930-1950).



PALAVRAS-CHAVE: Ciências Naturais; Diferença; Políticas de Silêncio.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Elizeu Pinheiro da; SANTOS, Janaina de Jesus; NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. Apagamento da mulher em experiências de fundação do Magistério na Bahia: apontamentos de uma etnografia em arquivos de professoras e instituições de ensino. **Práxis Educacional** (Online), v. 14, p. 307-331, 2018.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do Ponto de Vista de Quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 36, p. 7-32, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Tradução de: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2008.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1 jan. 2009

ROCHA, L. M. F. A Escola Normal na Província da Bahia. In: **V Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2008, Aracaju. O Ensino e a Pesquisa em História da Educação. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/ Universidade Tiradentes, 2008. v. 1. p. 1-19.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Revisitando o campo. In.: SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; MINELLA, Luzinete Simões (Org.). **Gênero e ciências: mulheres em novos tempos**. Salvador: EDUFBA/NIEM, 2016.

STRATHERN, Marilyn. **O Gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade Melanésia**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou Feminilização? apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis, Brasília** (DF), ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo, SP; Campinas, SP: Cortez: Editora da UNICAMP, 2012.